

33 Nogueira Alves (Titular); Maria Isabel Oliveira Panaro (Suplente); Lúcia de
34 Nazaré Oliveira (Titular); Ercindo Mariano Junior (Suplente); Paulo Roberto
35 Belinelo (Titular); **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA**
36 **MULHER:** Teresa de Souza Dias Gutierrez (Titular); **ASSOCIAÇÕES DE**
37 **MORADORES:** Alaor Vieira dos Santos (Titular); **PROGRAMA OU**
38 **MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** José Carlos Ribeiro
39 Gimenes (Titular); José Dionizio Garcia (Suplente); **JUSTIFICARAM A**
40 **AUSÊNCIA:** **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - SETOR**
41 **EMPRESARIAL:** Veridiano Bispo Dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES**
42 **DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Silvio Augusto Balan Garcia
43 (Titular); **AUSENTES:** **I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO**
44 **DA SAÚDE:** Dr. Frederico Carbone (Titular); **SECRETÁRIOS**
45 **MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Cristiane B. de Lima Gomes (Suplente); Tiago
46 Texera (Titular); Ricardo Leão (Suplente); **UNIVERSIDADES DO ESTADO**
47 **DE SÃO PAULO:** José Roberto Souza (Suplente); José Carlos Trindade Filho
48 (Titular); Silvia Justina Papini (Suplente); **III - REPRESENTAÇÃO DOS**
49 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS**
50 **DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Lourdes Estevão de Araújo
51 (Suplente); Otelo Chino Junior (Suplente); Ernane Silveira Rosas
52 (Suplente); **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Íris Renata
53 Vinha (Suplente); **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS**
54 **SINDICAIS:** José Freire da Silva (Titular); Renato de Jesus Santos
55 (Suplente); Cleonice Caetano De Souza (Suplente); **MOVIMENTOS**
56 **POPULARES DE SAÚDE:** Givanildo Oliveira dos Santos (Suplente);
57 **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Regiane Alves
58 Ferreira (Suplente). A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde,
59 Dra. Maria Aparecida Ferreira Malta, iniciou a reunião com as boas-vindas
60 aos Conselheiros Estaduais de Saúde e a verificação de quórum. Em
61 seguida, a palavra foi passada ao Presidente do Conselho Estadual de
62 Saúde, o Secretário Executivo de Estado da Saúde, Eduardo Ribeiro
63 Adriano, que cumprimentou os participantes e estabeleceu o início dos
64 trabalhos. O primeiro informe tratou das substituições na Secretaria

65 Executiva do CES-SP e na Suplência do Presidente do Conselho Estadual de
66 Saúde que passaram a ser representadas pela Secretária Maria e pelo
67 Conselheiro Belfari. Com a palavra, o Conselheiro Belfari parabenizou a
68 nova Secretária Executiva pela sua competência, desempenho e
69 comprometimento que a levou à nova posição e agradeceu o apoio dos
70 Conselheiros nos últimos oito anos em que esteve na Secretaria Executiva,
71 bem como sua indicação pela gestão. O Conselheiro Alaor pediu questão de
72 ordem, citando as Resoluções Normativas do CNS 453/2012 e 554/2017,
73 que tratam de diretrizes para estruturação e funcionamento dos Conselhos
74 de Saúde, e o Acórdão do TCU 1130/2017, pedindo que o primeiro informe
75 seja incluso na pauta para possibilitar o debate pelo Colegiado. Diante do
76 pedido, o Presidente Eduardo propôs consulta à Procuradoria Geral do
77 Estado. O Conselheiro Belfari complementou que a legislação garante a
78 realização da reunião plenária e a validade de seus atos,
79 independentemente da titularidade da Secretaria Executiva. O Conselheiro
80 Alaor se sentiu contemplado e iniciou seu informe sobre a realização de
81 reunião ampliada da Comissão de Políticas de Saúde e Acompanhamento
82 dos Instrumentos de Planejamento do CES-SP, com a palestra "Iniciativas
83 para construir a Aliança Cidadã pelos Tempos de Espera Clinicamente
84 Aceitáveis e a Campanha 4x4", com o convite ao Professor Doutor Armando
85 Negri Filho, e pediu que a matéria fosse incluída em pauta para deliberação.
86 A proposta foi aprovada com vinte e três votos favoráveis e uma abstenção.
87 O Conselheiro Douglas fez um informe sobre a reunião que participou a
88 convite da arquidiocese de Guarulhos, da Pastoral da Saúde, dos
89 Movimentos Populares e Igrejas Evangélicas de Guarulhos sobre o
90 cancelamento e a suspensão das cirurgias e procedimentos eletivos,
91 demissão de funcionários e falta de recursos em unidades de Saúde. O
92 Conselheiro João Luis fez um informe sobre a importância do Programa
93 Santa Casa SUSTentáveis e pediu apoio aos Conselheiros no sentido de
94 elaborar uma Moção de Repúdio à redução de recursos destinados a esta
95 iniciativa pelo Governo Estadual. A inclusão desta pauta foi aprovada com
96 vinte votos favoráveis. A Secretária Maria pediu inclusão de pauta para

97 aprovação da participação da Conselheira Lúcia Nazaré na reunião no
98 Conselho Municipal de Saúde de Mauá. A proposta foi aprovada com vinte e
99 quatro votos favoráveis. A Conselheira Márcia Gonçalves pediu inversão de
100 pauta para tratar de matéria citada pelo Conselheiro Alaor relativa ao tempo
101 máximo de 4 a 8 horas de permanência nos serviços da rede de atenção em
102 urgências para evitar as mortes e complicações evitáveis decorrentes dos
103 tempos de permanência elevados e o consequente atraso nos diagnósticos e
104 início dos tratamentos efetivos e por quatro leitos hospitalares por mil
105 habitantes, para alcançar um mínimo de leitos efetivos que cubra a
106 totalidade da população, garantindo a suficiência de leitos para condições
107 agudas de urgência, de condições sub-agudas em atenção programada e na
108 longa permanência, criando alternativas de instituições não-hospitalares
109 para pacientes de longa permanência e dependência variável. A Secretária
110 Maria lembrou que a discussão aprovada para esta reunião havia sido o
111 cenário dos imunizantes no Brasil e que haviam convidados aguardando
112 para discutir o tema. A questão da aliança cidadã pelo tempo de espera foi
113 colocada em votação e a inversão de pauta foi rejeitada com dezesseis
114 votos contrários, seis favoráveis e uma abstenção. Após a decisão, o
115 Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, iniciou
116 sua apresentação com um olhar do Colegiado em relação ao Plano Nacional
117 de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Durante a exposição,
118 o Presidente Fernando enfatizou a importância do controle social brasileiro e
119 reconheceu o trabalho de todos no enfrentamento à pandemia e na defesa
120 da democracia. Citou as ações do CNS na produção de posições e
121 documentos aos órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade
122 civil com foco no combate ao novo Coronavírus, desde antes da chegada da
123 pandemia ao Brasil, destacando também a campanha de prevenção e
124 combate e a criação do Comitê do CNS para acompanhamento da Covid-19
125 e da Frente pela Vida; bem como a publicação de cinquenta e três edições
126 do Boletim Ética em Pesquisa da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
127 (CONEP). Detalhou, ainda, as recomendações sessenta e sete e setenta e
128 três do CNS que pedem a incorporação de vacinas comprovadamente

129 eficazes e a ampliação do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19
130 para toda a população brasileira. Após a apresentação do Presidente
131 Fernando, a Secretaria Maria esclareceu que o Gerente Geral de
132 Medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes, justificou sua ausência por conta
133 de seu envolvimento nas avaliações do uso emergencial das vacinas de
134 Oxford e Coronavac; e o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da
135 Saúde, Arnaldo Medeiros, também justificou sua ausência por ter sido
136 convocado em caráter de emergência para viajar a Manaus (Amazonas),
137 acompanhando o Ministro Eduardo Pazuello, bem como sua substituta. O
138 Diretor do Centro de Farmacovigilância, Segurança Clínica e Gestão de
139 Risco do Instituto Butantan, Alexander Roberto Precioso, apresentou, então,
140 as atualizações em relação à submissão de autorização temporária de uso
141 emergencial da Coronavac à Anvisa, no dia oito de janeiro, afirmando que,
142 desde então, várias reuniões têm ocorrido entre as equipes técnicas das
143 duas entidades. Em relação ao estudo de fase três, o Diretor Alexander
144 enfatizou que o protocolo continua em andamento conforme desenhado
145 anteriormente. Também destacou a missão do Centro de Farmacovigilância,
146 Segurança Clínica e Gestão de Risco, de garantir o monitoramento da
147 segurança e da efetividade das vacinas e soros do Instituto, desde a fase de
148 pré-registro sanitário. Contou que o principal objetivo é aprimorar a
149 investigação da relação risco x benefício dos imunizantes. Ele ressaltou que
150 o Centro tem trabalhado em parceria com o Programa Nacional de
151 Imunização (PNI) do Ministério da Saúde, com a Anvisa e com a Secretaria
152 de Vigilância em Saúde do Estado de São Paulo, visando atender tanto as
153 demandas do PNI quanto às obrigações regulatórias e a Vigilância de efeitos
154 adversos. O Diretor falou ainda da atuação internacional do Instituto
155 Butantan no campo da área de segurança da iniciativa Covax, plataforma de
156 compartilhamento concebida para garantir um acesso igualitário a vacinas
157 contra a Covid-19 que pretende disponibilizar 1,8 bilhão de doses para
158 países pobres em 2021 e que espera cumprir acordos de suprimento com
159 países mais ricos na segunda metade do ano. O Diretor relatou que o
160 Instituto Butantan também faz parte de uma rede de países que

161 desenvolvem vacinas, inclusive, foi um dos fundadores. Ressaltou que, para
162 a vigilância epidemiológica dos efeitos pós-vacinação ocorrer de forma
163 adequada, de acordo com as expectativas regulatórias nacionais e
164 internacionais, é fundamental um sistema de registro de informação e
165 notificação de eventos adversos para que todos que recebam vacinas
166 tenham suas informações registradas bem como qualquer efeito colateral
167 que ocorrer. A Conselheira Ivanice questionou sobre a preocupação do
168 Estado em relação aos municípios no que tange ao armazenamento,
169 refrigeração e logística das vacinas. O Conselheiro Douglas perguntou sobre
170 o cumprimento da 3ª fase dos estudos clínicos e sobre a necessidade do
171 registro dos efeitos adversos da vacina. O Conselheiro Alaor indagou sobre
172 os dados faltantes alegados pela Anvisa. O Conselheiro Horácio questionou
173 sobre as motivações do Instituto Butantan em voltar atrás no registro
174 definitivo da Coronavac e só pedir seu registro emergencial. O Conselheiro
175 Paulo tratou sobre as dificuldades de Guarulhos, alegando a falta de
176 informação sobre a distribuição das vacinas para os Municípios. A
177 Conselheira Lucia questionou se serão imunizados os profissionais de Saúde
178 de todas as faixas etárias. A Secretária Maria avisou que todos os
179 questionamentos serão encaminhados ao Instituto Butantan para
180 esclarecimento por escrito. O Conselheiro Benedito afirmou que a reunião
181 foi prejudicada do ponto de vista político pela ausência de representantes
182 da Anvisa e do Ministério da Saúde e solicitou a remarcação do debate. A
183 Conselheira Maria Isabel concordou com a remarcação do debate sobre as
184 vacinas com a Anvisa e o Ministério da Saúde e propôs a ratificação do
185 documento do CNS. O Conselheiro Adilton registrou a tradição centenária do
186 Instituto Butantan e seu reconhecimento internacional em pesquisa
187 biológica e Saúde Pública; e a importância do Plano Nacional de Imunização
188 (PNI), que desde 1973 permite a vacinação em massa da população
189 brasileira e é reconhecido mundialmente. Ele também lamentou a ausência
190 da equipe técnica do PNI no protagonismo na vacina contra a Covid-19 por
191 conta da politização e questões ideológicas. O Conselheiro Belfari defendeu
192 que é necessário concentrar ações no enfrentamento à Covid-19 e que o

193 debate na reunião entre os Conselheiros Estaduais de Saúde foi muito rico e
194 importante, apesar das ausências do Ministério da Saúde e da Anvisa. O
195 Presidente do CNS, Fernando, entendeu que Sistema Único de Saúde
196 mesmo fragilizado tem condições e capacidade de armazenar as vacinas
197 que serão distribuídas e realizar a imunização, e manifestou sua indignação
198 com a condução do combate à pandemia pelo Governo Federal. O
199 Conselheiro Douglas registrou também sua indignação e ressaltou a
200 necessidade da realização de nova reunião com o mesmo tema na semana
201 subsequente, pela urgência da pandemia e da imunização atrasada em
202 relação aos outros países. O Conselheiro Idreno sugeriu a ratificação do
203 documento do CNS e a criação de um documento do próprio Conselho
204 Estadual de Saúde. O Conselheiro Belfari questionou o Grupo de Trabalho
205 de Relatoria sobre a possibilidade de incluir as manifestações dos
206 Conselheiros Estaduais de Saúde em uma Moção de Apoio ao documento
207 elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde apresentado pelo Presidente
208 Fernando. O Conselheiro Benedito pediu um adendo lamentando a ausência
209 da Anvisa e do Ministério da Saúde na reunião. A Conselheira Daniela
210 concordou com o que foi colocado e sugeriu abrir um diálogo com instâncias
211 jurídicas e parlamentares para que a discussão tripartite seja cumprida. A
212 proposta foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. A
213 Secretária Maria prosseguiu para o segundo item de pauta que tratou da
214 homologação da indicação do Conselheiro Belfari, suplente do Presidente do
215 CES-SP, como membro da Mesa Diretora. O Conselheiro Alaor pediu vistas
216 dos autos do processo e o item foi retirado da discussão. A Secretária Maria
217 deu seguimento à pauta, com a proposta da realização de uma reunião
218 ampliada da Comissão de Políticas de Saúde e Acompanhamento dos
219 Instrumentos de Planejamento com os convidados: Armando Antônio De
220 Negri Filho, José Cantídio de Souza Lima, Edglay de Souza André, Jaqueline
221 Aparecida Silva Corrêa, Pedro Honda e Seiti Takahama. O Conselheiro Alaor
222 defendeu que a iniciativa para construir a Aliança Cidadã pelos Tempos de
223 Espera Clinicamente Aceitáveis e a Campanha 4x4 surgiu a partir do I
224 Congresso Brasileiro de Políticas e Sistemas de Atenção às Urgências e

225 Acesso Hospitalar e XI Congresso Internacional da Rede Brasileira de
226 Cooperação em Emergências, entre os dias seis e doze de dezembro de dois
227 mil e vinte. Dos assuntos, o tema central tratou dos direitos humanos na
228 atenção às urgências e no acesso hospitalar do SUS em tempos de
229 Coronavírus e os Pacientes e Profissionais no centro da crise e seus papeis
230 na construção do futuro. Após as explicações do Conselheiro Alaor, a
231 matéria foi aprovada com vinte e um votos favoráveis. Seguindo para o
232 próximo item de pauta, o Conselheiro João Luis fez a leitura de uma minuta
233 de ofício da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado
234 de São Paulo (Fehosp) endereçada ao Governo Estadual sobre o
235 contingenciamento dos valores na ordem de doze por cento sobre o
236 montante pactuado para a manutenção dos Programas Santas Casas
237 SUSTentáveis e Pró Santa Casa. A Secretária Maria colocou, então, em
238 votação a aprovação de Moção de Apoio à carta, que foi aprovada com 19
239 votos favoráveis. Os Conselheiros Estaduais de Saúde passaram à
240 deliberação da participação da Conselheira Lucia na reunião do Conselho
241 Municipal de Saúde de Mauá, de vinte e oito de janeiro, que foi aprovada
242 por dezenove votos a favor e duas abstenções. O Conselheiro Douglas
243 lembrou da necessidade da realização de uma nova reunião com a presença
244 de todas as entidades envolvidas na imunização contra a Covid-19. O
245 Conselheiro Belfari sugeriu a discussão em Reunião Ampliada da Comissão
246 de Gestão no próximo dia vinte com a Coordenação de Controle de
247 Doenças, além da Reunião Extraordinária do Pleno dedicado à Anvisa,
248 Ministério da Saúde e Instituto Butantan. O Conselheiro Douglas concordou
249 com a sugestão e os Conselheiros Estaduais de Saúde aprovaram a Reunião
250 Extraordinária do Pleno no dia primeiro de fevereiro com dezenove votos
251 favoráveis e uma abstenção. Sem mais assuntos a tratar, a sessão foi
252 encerrada.

253 **DELIBERAÇÃO Nº 01 ASSUNTO:** Inclusão de Pauta para aprovação de
254 reunião ampliada da Comissão de Políticas de Saúde e Acompanhamento
255 dos Instrumentos de Planejamento e convidados que ocorrerá no dia 13-01-

256 2021 **DECISÃO:** aprovado 23 votos a favor - 0 votos contrário - 01
257 votos abstenção.

258 **DELIBERAÇÃO Nº 02 ASSUNTO:** Inclusão de Pauta para aprovação, no
259 mérito, de Moção de Repúdio à redução de recursos ao "Programa Santa
260 Casa SUSstentável". **DECISÃO:** aprovado 20 votos a favor - 0 votos
261 contrário - 0 votos abstenção.

262 **DELIBERAÇÃO Nº 03 ASSUNTO:** Inclusão de Pauta para aprovação da
263 participação de conselheiro na reunião no Conselho Municipal de Saúde de
264 Mauá. **DECISÃO:** aprovado 24 votos a favor - 0 votos contrário - 02
265 votos abstenção

266 **DELIBERAÇÃO Nº 04 ASSUNTO:** Inversão de Pauta para priorizar a
267 discussão das iniciativas para constituir a aliança cidadã pelo tempo de
268 espera clinicamente aceitáveis e a campanha 4X4. **DECISÃO:** rejeitado 06
269 votos a favor - 16 votos contrários - 01 voto abstenção

270 **DELIBERAÇÃO Nº 05 ASSUNTO:** Aprovação da Moção de Apoio ao
271 documento elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde com a inclusão das
272 manifestações apresentadas pelos Conselheiros(as) pelo Grupo de Trabalho
273 de Relatoria dos Instrumentos de Planejamento. **DECISÃO:** aprovado 21
274 votos a favor - 0 votos contrários - 01 votos abstenção

275 **DELIBERAÇÃO Nº 06 ASSUNTO:** Homologação da indicação do
276 Conselheiro Belfari Garcia Guiral – suplente do Presidente do CES/SP como
277 membro da Mesa Diretora. Solicitação de pedido de vistas pelo Conselheiro
278 Alaor Vieira dos Santos.

279 **DELIBERAÇÃO Nº 07 ASSUNTO:** Aprovação da reunião ampliada da
280 Comissão de Políticas de Saúde e Acompanhamento dos Instrumentos de
281 Planejamento e convidados, que ocorrerá no dia 13/01/2021, das 9h00 às
282 12h00, na seguinte conformidade: Armando Antônio De Negri Filho, José
283 Cantídio de Souza Lima, Edgley de Souza André, Jaqueline Aparecida Silva
284 Corrêa, Pedro Honda e Seiti Takahama, com a participação da Comissão de
285 Gestão do Trabalho e Funcionamento dos Serviços de Saúde do Estado de
286 São Paulo e Comissão de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas e

287 representantes das Áreas Técnicas da SES/SP **DECISÃO:** aprovado 21
288 votos a favor - 0 votos contrário - 0 votos abstenção

289 **DELIBERAÇÃO Nº 08 ASSUNTO:** Aprovação de Moção de Apoio à carta da
290 Federação dos Hospitais de São Paulo – FEHOSP, dirigida ao Sr. Governador
291 do Estado de São Paulo, a respeito da redução do orçamento do “Programa
292 Santa Casa Sustentável”. **DECISÃO:** aprovado 19 votos a favor - 0 votos
293 contrários - 0 votos abstenção

294 **DELIBERAÇÃO Nº 09 ASSUNTO:** Aprovação da participação da
295 conselheira Lucia de Nazaré Oliveira na reunião do Conselho Municipal de
296 Saúde de Mauá, que ocorrerá no dia 28-01-2021 às 14 horas. **DECISÃO:**
297 aprovado 19 votos a favor - 0 votos contrário - 02 votos abstenção

298 **DELIBERAÇÃO Nº 10 ASSUNTO:** Aprovação de Reunião Extraordinária do
299 Pleno para o dia 01/02/2021, para discussão sobre o tema da Vacina contra
300 o Covid-19, com a presença da Anvisa – Ministério da Saúde, Instituto
301 Butantan e Conselho Nacional de Saúde. **DECISÃO:** aprovado 19 votos a
302 favor - 0 votos contrários - 01 votos abstenção

303 Ata lavrada por Beatriz Pinheiro e revisada por Maria Aparecida Ferreira
304 Malta.